



PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Outubro a Dezembro de 2012

Ano 37 – Nº 210

Foto: Arquivo CPT Nacional

Os 90 anos de Dom Tomás Balduino:

o bispo a serviço da libertação!

Págs.: 7 a 10



CIMI completa 40 anos e realiza Congresso

Pág.: 11

EDITORIAL

Entre comemorações, violências e Natal!

Estamos chegando a mais um fim de ano. Um ano de muitas comemorações. Celebramos os 50 anos da abertura do Concílio Vaticano II, os 40 anos do CIMI, os 90 anos de Dom Tomás. Comemorações aparentemente sem qualquer relação, mas que estão intimamente interrelacionadas.

Quando o Concílio estava para terminar, Dom Tomás é nomeado, em 1965, administrador apostólico de Conceição do Araguaia-PA, e dois anos depois, bispo da Diocese de Goiás. Tomás vai ser um dos pioneiros na aplicação das reformas do Concílio Vaticano II. A Igreja deixa de se voltar exclusivamente sobre si mesma, para ser uma igreja voltada para fora, para a construção do Reino de Deus. Deixa de lado sua compreensão como sociedade perfeita para assumir que é parte do povo de Deus. O poder e a palavra são partilhados, e os pobres são evangelizados e evangelizam. A Igreja de Dom Tomás é uma igreja atenta aos clamores do povo sofrido, excluído e oprimido.

Um dos clamores mais fortes provinha dos povos indígenas, invisibilizados aos olhos da sociedade. As missões católicas tinham a preocupação da Evangelização para integrar estes povos à sociedade dominante. O Concílio propiciou um novo olhar sobre a Evangelização, e a realidade indígena irrompe, então, na Igreja com uma força nova. E aí Tomás, que em Conceição do Araguaia tinha tido um profícuo contato com os índios que o levaram a fazer na UnB um curso de mestrado em Antropologia e linguística, está presente, quando há 40 anos, era criado o Conselho Indigenista Missionário, CIMI. O CIMI imprimiu um novo jeito de a Igreja estar junto aos povos indígenas, abriu espaço para que os povos indígenas se encontrassem e definissem suas formas de organização. Todos reconhecem que sem o CIMI, a realidade indígena seria bem diferente neste País.

Mas, apesar da maior organização dos povos indígenas, eles continuam discriminados, abandonados, sofrendo violências de toda espécie. Sobretudo é das mais tristes a situação dos Guarani Kaiowá, do Mato Grosso do Sul. A manifestação de um grupo, ameaçado de despejo, afirmando preferir morrer todos juntos a abandonar a área que já fora de seus ancestrais, ganhou o mundo. As forças da elite dominante não aceitam “perder” terras e privilégios mesmo que tenham sido subtraídas às comunidades tradicionais. As tentativas de reaver o que lhes foi arrancado são apresentadas como esbulho.

Também a violência contra os camponeses continua presente. Os dados parciais que a CPT divulga nos dão um leve retrato desta realidade, que é muito mais dura do que a apresentada em números. A dor, as lágrimas, as angústias, os medos e pavores, não cabem em cifras, mas marcam indelevelmente a vida das pessoas envolvidas.

Apesar de tudo, celebramos a subversão do Natal. Na fraqueza, pequenez e insignificância de uma criança, nascida às margens da sociedade dominante, se esconde a força e a grandeza de Deus. Os pastores, sem valor aos olhos dos grandes, são os primeiros que recebem a notícia, e sábios do estrangeiro reconhecem naquele menino o que o Templo e Herodes se negam em ver. Os olhos atentos das crianças vêem o que nos recusamos a enxergar.

Feliz Natal e boa leitura!



Povos Indígenas: aqueles que devem viver – Manifesto contra os decretos de extermínio (Cimi)

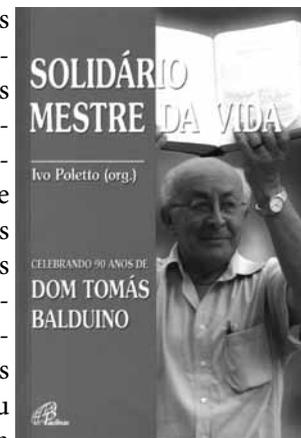


Sob a organização de Egon Dionísio Heck, Renato Santana da Silva e Saulo Ferreira Feitosa, a publicação editada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) dá continuação ao objetivo do primeiro manifesto, “Y-Juca-Pirama: O Índio Aquele que deve morrer”, lançado há quase 40 anos, no qual se denunciava a política genocida do governo brasileiro contra os povos indígenas. O segundo manifesto tem a apresentação de Dom Pedro Casaldáliga, o prefácio de Dom Erwin Kräutler e reúne textos sobre as ações do poder público e do capital para o extermínio de indígenas, sobre saúde e educação destes povos, dentre outros assuntos. A publicação traz ainda os manifestos e documentos em defesa dos indí-

genas publicados desde a década de 1970, os documentos finais das nove edições do Acampamento Terra Livre, além do manifesto original, de 1974. O livro celebra os 40 anos do Cimi e é dedicado a Antonio Brand, historiador e professor recentemente falecido que dedicou sua vida à defesa da causa indígena, a Nísio Gomes, a Zezinho e a tantos outros mártires indígenas.

Solidário mestre da vida: celebrando 90 anos de Dom Tomás Balduino – Ivo Poletto (org.)

Neste livro, diversos autores homenageiam Dom Tomás Balduino, bispo emérito de Goiás e conselheiro permanente da CPT, que completa em 2012 seus 90 anos. Os textos são relatos daqueles que acompanharam sua trajetória de luta pelos povos da terra e do campo, que presenciaram seu engajamento evangelizador, aqueles que de alguma forma foram tocados por seus ensinamentos e sua ação pastoral. Pioneiro na aplicação das decisões do Concílio Vaticano II, há 50 anos, Dom Tomás sempre trilhou sua caminhada com base na Teologia da Libertação e na renovação da Igreja Católica por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), e participou ativamente da criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Em seu texto, Dom Pedro Casaldáliga, afirma que “a Igreja de Dom Tomás veio a ser uma plataforma [...] de superação da dicotomia que não sabe juntar a vida com a fé, as pastorais com a militância organizada”.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar,
Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.
www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Enemésio Lazzarin

Vice-presidente
Dom José Moreira Bastos Neto

Coordenadores Nacionais
Padre Flávio Lazzarin
Edmundo Rodrigues
Isolete Wichinieski
Jane Silva

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Marília Almeida
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo Silva Souza

APOIO



MZF
Missionzentrale der Franziskaner



ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações canuto@cptnacional.org.br



Ibama libera licença para ampliação da ferrovia Carajás

Mesmo após as críticas de movimentos sociais e entidades que atuam em defesa das comunidades atingidas pela ferrovia da Vale, o Ibama acaba de liberar a expansão da Estrada de Ferro Carajás. A ferrovia ligará Parauapebas (PA) a Porto Ponta da Madeira (MA) e afetará diretamente a rotina diária de milhares de pessoas. A mudança aumenta o número de trens de 24 para 58, cada um com 330 vagões e levando cinco minutos para completar sua passagem por determinado



Imagem Internet

ponto. O intervalo entre um comboio e outro seria de 25 minutos. “E como cada trem, com a sua carga de ferro, poluição e barulho, tem quatro quilômetros de comprimento, e a sua passagem dura cinco minutos, isso significa sequestrar todos

os dias um quinto de vida das pessoas que vivem ao longo desses trilhos”, argumenta padre Dário Bossi, missionário comboniano que atua em defesa dos atingidos pela Vale. Desde 2007, padre Dário e a Rede Justiça nos Trilhos vêm travando uma intensa luta em defesa das comunidades atingidas pela Vale. Trabalhando em Açailândia (MA) há cinco anos, ele conhece bem a realidade local e a luta dos 27 municípios e 100 comunidades contra a ferrovia. “Esse trem do lucro não se detém, não conhece obstáculos. Subverte, mata, desperta com o seu barulho ensurdecedor e racha as paredes de barro de casas em meio às quais ele passa”, afirma.



Imagem Latuff

Mais guerreiros morrem na luta pela terra

Os recentes casos de assassinatos e violências resultantes de conflitos pela terra evidenciam a condição de extrema insegurança vivida por camponeses, sem terras e comunidades tradicionais. No dia 7 de novembro, a aldeia indígena Teles Pires, em Mato Grosso, foi atacada em uma ação violenta da Polícia Federal, acompanhada por representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama). Durante a ação, os policiais atiravam incessantemente com o objetivo de amedrontar os indígenas, humilhando-os, além de terem invadido casas e o Posto de Saúde local. O ataque resultou na morte de um cacique Munduruku, morto a tiros por um delegado. Semanas depois, em 21 de novembro, o trabalhador rural Raimundo Nonato da Silva Chalub, conhecido como Rato, foi assassinado dentro de sua casa, no sul do município de Lábrea (AM). Ele era conhecido por denunciar o desmatamento e grilagem de terras em assentamentos do programa “Terra Legal”. No dia 29 do mesmo mês, Orlando Pereira Sales, o Paraíba, liderança do Acampamento Paulo Freire 3, de Seringueiras, em Rondônia, morreu com três tiros na cabeça. O fato aconteceu no Assentamento Paulo Freire 1, em Nova Brasilândia, onde Paraíba tinha sido assentado pela reforma agrária. Desde o começo do ano, Paraíba vinha sofrendo sérias ameaças e até tentativas de assassinato, registradas na Delegacia do município e no Ministério Público. A companheira do trabalhador rural, Teolides Viana dos Santos, ainda se recupera de uma tentativa de homicídio ocorrida em agosto desse ano, quando foi ferida na cabeça com uma foice. Em março deste ano, o agricultor José Barbosa da Silva, também de Seringueiras, foi assassinado na rodoviária da cidade após ser confundido com Paraíba.

Fábrica de celulose transforma Três Lagoas (MS) em capital mundial da celulose



Imagem Internet

Uma reportagem publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, em 16 de setembro deste ano, anuncia: a cidade de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, deixou de ser a capital do gado para se tornar a capital mundial da celulose. A mudança acontece devido à inauguração da fábrica da Eldorado Brasil, ocorrida em novembro, que levará o município a atingir a marca de três

milhões de toneladas de celulose produzidas anualmente. Segundo a matéria, o atrativo de Três Lagoas, além dos incentivos fiscais e da proximidade com rodovias, hidrovias e ferrovias importantes, é a fartura de terras no nordeste do Estado. “A disponibilidade permite que as florestas de eucalipto sejam plantadas próximas às fábricas, reduzindo o custo de operação”, explica o texto. No entanto, segundo a pesquisadora e professora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Rosemeire Almeida, em texto publicado no jornal Correio do Estado, o suposto crescimento econômico de Três Lagoas agrava a desigualdade de acesso à terra, tornando-a “um bem restrito ao coletivo”. Ainda de acordo com a reportagem da Folha, a área potencial de plantio na região chega a 6 milhões de hectares.

Dom Pedro Casaldáliga recebe ameaças de invasores de terra indígena Xavante

Após o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubar a liminar que suspendia a retirada de não índios da área indígena Marãiwatsédé, em Mato Grosso, dom Pedro Casaldáliga, bispo emérito da Prelazia de São Félix (MT), tornou-se alvo de graves ameaças. Testemunhas presenciaram pessoas ligadas ao Posto da Mata, local conhecido como núcleo da invasão do território indígena, afirmarem que vão “visitar” dom Pedro. Segundo relatos, no retorno de uma viagem a Brasília, na qual participaram de atos contra a decisão do STF, no dia 9 de novembro, um grupo de não índios teria dito que “isso tudo é culpa do bispo Pedro, mas vamos resolver isso bem fácil, a gente vai fazer uma visitinha para ele”. Dias antes, o filho do cacique Damião, ao retornar de Barra do Garças (MT), foi perseguido por dois carros que teriam tentado cercar e parar o veículo dirigido por ele. Ao tentar escapar, o indígena capotou o carro e chegou a perder a consciência, mas foi socorrido por caminhoneiros que passavam no local. Seu veículo foi queimado pelos perseguidores, que segundo ele, eram pessoas do Posto da Mata. A Coordenação Nacional da CPT, em nota, parabenizou os Xavante de Marãiwatsédé por sua luta de resistência e solidarizou-se com dom Pedro Casaldáliga e com a Prelazia de São Félix do Araguaia, diante das ameaças e ataques recebidos.

Servidores do Inbra acusam governo de favorecer Ministério que atua para o agronegócio

Em setembro deste ano, peritos federais agrários endereçaram uma carta ao povo brasileiro para denunciar a diferença salarial entre os que trabalham para a agricultura exportadora e aqueles que trabalham pela agricultura familiar. Eles afirmam que o governo federal favorece o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em detrimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ao qual está ligado o Inbra. “A distorção é marcada principalmente pelo montante orçamentário destinado aos dois ministérios, em favor do MAPA, e se estende às estruturas das carreiras dos servidores”, cita a carta. Atualmente o salário dos

peritos federais agrários do Inbra corresponde a cerca de 40% do valor dos fiscais federais agropecuários, ligados ao MAPA. Neste ano, após mais de 80 dias de paralisação, os funcionários do Inbra encerraram a greve sem acordo com o governo federal. Uma das reivindicações da categoria era o aumento de 50% no orçamento do órgão, que contraditoriamente foi reduzido em 25% em 2012, o que equivale a R\$ 1 bilhão. “Segurança nacional, entendida pela necessidade de realizar a regularização fundiária, certificação, cadastro rural, controle de aquisição por estrangeiros e reforma agrária; para estes serviços o governo entende que não existe importância”, finaliza a carta.

CONCÍLIO VATICANO II

A GAUDIUM ET SPES E OS SINAIS DOS TEMPOS: necessidade de analisar as conjunturas?

FLÁVIO LAZZARIN*

Ao relermos um dos documentos mais importantes do Concílio Ecumênico Vaticano II, a *Gaudium et Spes* (Alegria e Esperança), encontramos por duas vezes, aos números 4 e 11, a preocupação com os “sinais dos tempos”.

O Papa João XXIII é com certeza o protagonista da retomada desta figura neotestamentária fundamental para iluminar o discernimento e a praxe evangélica a serviço da Vida. O faz na encíclica social de 1961, *Mater et Magistra* (Mãe e Mestra), em que reconhece formalmente o método “ver-julgar-agir”, na alocução de janeiro de 1959: “é preciso acolher a recomendação de Jesus para saber distinguir os sinais dos tempos” e, enfim, na Constituição Apostólica de convocação do próprio Concílio.

Em Mt 16, 1-4, Jesus, enfrentando fariseus e saduceus afirma: “Olhando o céu, vocês sabem prever o tempo, mas não são capazes de interpretar os sinais dos tempos. Uma geração má e adúltera busca um sinal, mas nenhum sinal lhe será dado, a não ser o sinal de Jonas.”

A *Gaudium et Spes* obedece à Palavra de Jesus e convida o Povo de Deus a “investigar a todo momento os sinais dos tempos, e interpretá-los à luz do Evangelho; para que assim possa responder, de modo adaptado em cada geração, às eternas perguntas dos homens acerca do sentido da vida presente e da futura, e da relação entre ambas. É, por isso, necessário conhecer e compreender o mundo em que vivemos, as suas esperanças e aspirações, e o seu caráter tantas vezes dramático.” (GS 4)

E continua: “O Povo de Deus, movido pela fé com que acredita ser conduzido pelo Espírito do Senhor, o qual enche o universo, esforça-se por discernir nos acontecimentos, nas exigências e aspirações, em que participa juntamente com os homens de hoje, quais são os verdadeiros sinais da presença ou da vontade de Deus. Porque a fé ilumina todas as coisas com uma luz nova, e faz conhecer o desígnio divino acerca da vocação integral do homem e, dessa forma, orienta o espírito para soluções plenamente humanas.” (GS 11)

É como se o Concílio nos alertasse profeticamente sobre a necessidade de sempre fazermos análise das conjunturas, para poder celebrar o casamento entre a Palavra e a Vida, nas mudanças da história.

Infelizmente, nesta estação outonal da Igreja, muitos abandonaram não só o método “ver-julgar-agir”, mas a atenção espiritual e política aos sinais dos tempos. Nos acostumamos com análises de conjun-

turas que se parecem com a “lista do supermercado”, porque se caracterizam pela minuciosa apresentação das situações econômicas, políticas e sociais, mas renunciam programaticamente à tarefa de discernir desafios e oportunidades de enfrentamento e transformação. E, além disto, ignoram sistematicamente a busca e o reconhecimento de velhos e novos sujeitos políticos populares, que protagonizam a resistência,

a luta e a disputa ideológica. São análises, neutralmente cínicas, que se reduzem à informação, incapazes por si mesmas de provocar indignação e compaixão, mobilizar consciências e iluminar práticas de insurreição contra o sistema capitalista e contra as instituições que o servem.

Precisamos voltar ao mandamento de Jesus que nos convida a descobrir no nosso tempo “o sinal de Jonas”, que é símbolo da Páscoa de sua morte e Ressurreição. Ele foi perseguido e morto por se opor aos poderes religioso, econômico e político do seu tempo, privilegiando os pobres, vítimas da injustiça. A Cruz de Jesus e dos pobres não é um mero acidente no caminho do Povo de Deus, porque são inevitáveis ódio e perseguição reservados a quem luta por Misericórdia e Justiça. E são os próprios pobres, que o saibam ou não, independentemente das suas qualidades morais, que se apresentam, na sua existência ocultada e negada, como as silenciosas testemunhas de um mundo desumano e injusto, como sinais de um kairós, de um “agora”, de um “tempo que ficou curto” e oportuno, que nos convida à profecia e ao testemunho. Além disso, é necessário lembrar que a própria natureza, a Criação de Deus, vitimada pela barbárie do capitalismo, é sinal incontestável do poder da morte, que se opõe ao projeto de Vida, e Vida em abundância e plenitude, do Deus dos pobres.

Cito, enfim, a reflexão de Giorgio Agamben, que, apesar de não ser nem teólogo nem biblista, nos oferece uma preciosa pérola interpretativa: “É isso que Paulo lembra aos tessalonicenses: ‘A respeito da época e do momento, não há necessidade, irmãos, de que vos escrevamos. Pois vós mesmos sabeis muito bem que o dia do Senhor vem como um ladrão de noite’” (1Ts 5,1-2). “Vir” está no presente, justamente como o Messias é chamado nos Evangelhos aquele que vem, que não cessa de vir. Um filósofo do século XX, que tinha ouvido a lição de Paulo, repete do seu modo: “Cada instante é a porta estreita através da qual o Messias pode passar”, (W. Benjamin).



DADOS PARCIAIS CONFLITOS NO CAMPO 2012

CPT divulga dados parciais da violência no campo em 2012

**CRISTIANE PASSOS E
ANTÔNIO CANUTO***

De acordo com os dados que chegaram ao Setor de Documentação da CPT, em 2012, as tentativas de assassinato e as ações de pistoleiros são as que tiveram um crescimento expressivo no período de janeiro a outubro de 2012, em relação ao mesmo período de 2011. Mas todas as outras formas de violência que a CPT registra, continuam muito presentes em todas as regiões do Brasil, apesar de números menores. Cabe ressaltar, porém, que esses dados são parciais, não só porque se referem a uma parte do ano, mas porque, como acontece a cada ano, um volume maior de dados e documentos costumam chegar ao setor somente após o fim do ano em análise. Estes serão incorporados ao banco de dados para a produção do relatório Conflitos no Campo Brasil 2012.

Segundo os registros atuais, de janeiro a outubro de 2012, foram assassinados 21 trabalhadores rurais, lideranças, quilombolas e indígenas, em conflitos por terra no campo brasileiro. Além disso, houve 96 tentativas de assassinato em todo o país. Somente no estado do Pará foram 84, contra 6 em 2011, ou seja, um aumento de 1.300%.

Além disso, os assassinatos na região sudeste chamaram a atenção. Em 2011, não havia nenhum assassinato no período, e nesse ano foram 5 assassinatos, sendo 2 no Rio de Janeiro e 3 em Minas Gerais. No caso de Minas, os três assassinatos foram resultado de uma chacina. Os trabalhadores faziam parte do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e foram encontrados mortos com um tiro na cabeça na rodovia estadual MGC-455, próximo ao distrito de Miraporanga, a 40 quilômetros de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, no dia 24 de março. A única sobrevivente do crime foi uma criança de 5 anos, neta do casal que estava entre os mortos.

Pistolagem cresce

Nos casos de pistolagem, teve destaque os dados da região centro-oeste. Em 2011, 1.440 famílias tinham sido vítimas de pistolagem. Nesse ano, o número subiu para 2.498. Um aumento de mais de 73%. Na região Nordeste o número saltou de

1.496 para 3.480, 133% a mais. A região Sudeste de 371 famílias vítimas de pistolagem, passou para 1.198, com destaque para o estado de Minas Gerais, onde o número foi de 371, em 2011, para 707, em 2012. Quase o dobro.

Houve um caso emblemático esse ano que ocorreu no dia 21 de junho, quando jagunços travestidos de seguranças da Fazenda Cedro, no sudeste do Pará, de propriedade do banqueiro Daniel Dantas, atiraram contra um grupo de trabalhadores rurais sem terra ligados ao MST, que realizavam um ato político. 16 trabalhadores foram feridos a bala, alguns ficaram em estado grave. Além disso, o banqueiro foi flagrado cometendo crime ambiental, derrubando ilegalmente castanheiras em sua fazenda em Marabá, no Pará, e pessoas da sua família controlavam fazenda que foi flagrada utilizando mão de obra escrava, também no Pará.

A impunidade e omissão do Estado nesses casos mantém o ciclo de violência e exploração no campo, onde as maiores vítimas são os trabalhadores e as comunidades tradicionais.

Conflitos por terra crescem no Centro-Oeste

Em quase todas as regiões brasileiras, os conflitos por terra, sofreram diminuição no período em análise. Exceção ao Centro-Oeste que apresentou crescimento em três das quatro circunscrições geográficas



Foto: João Zinclar

que o compõem. Houve crescimento no Distrito Federal, onde o número dobrou de 3 para 6, em Goiás, que se multiplicou por sete, de 2 para 14 e no Mato Grosso do Sul que, de 23, foram para 44. Só no Mato Grosso o número foi inferior, de 27 em 2011, se reduziu para 11 em 2012.

No Centro-Oeste também aumentaram o número de ameaçados de morte. Eram 9 em 2011 e passaram para 21, sendo 16 no Mato Grosso e 5 no Mato Grosso do Sul. Também nesta região houve aumento no número de famílias despejadas, passando de 670 para 822, com despejos nos três estados e no Distrito Federal. Também aumentou em quase sete vezes o número

de famílias ameaçadas de expulsão, passaram de 312 para 2011. Quase dobrou o número de famílias ameaçadas por pistoleiros; 2498, em 2012, 1440, em 2011.

Rondônia: número de assassinatos e de trabalhadores presos cresce

Rondônia se destaca pelo número de assassinatos no período. De 2, em 2011, o número se elevou para 5, em 2012. O mesmo aconteceu com o número de trabalhadores presos que passaram de 10 para 29.

Famílias despejadas no Tocantins e no Amazonas

No Tocantins, o número de famílias ameaçadas de despejo somam 1.000 famílias. No mesmo período, no ano anterior haviam sido despejadas 300 famílias e não havia registro de outras famílias ameaçadas. No Amazonas, foram despejadas, em 2012, 451 famílias, contra 68, no mesmo período de 2011.

O que os números, porém, não revelam é a dor e o sofrimento que por trás deles se esconde e que afeta dramaticamente, indiscriminadamente, crianças e idosos, além dos jovens e adultos.



Foto: CPT Tocantins

FORMAÇÃO CPT

Encontro Nacional de Formação discute campesinato

CRISTIANE PASSOS*

Foi realizado entre os dias 17 e 20 de outubro, o Encontro Nacional de Formação da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Com o tema “De onde vem e para onde vai o campesinato”, o Encontro reuniu 70 agentes da CPT de todos os estados do Brasil, no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia (GO).

No primeiro momento do Encontro, os representantes dos regionais da CPT apresentaram um pouco da realidade das categorias sociais com as quais eles trabalham e acompanham na base, suas dificuldades, suas principais lutas e, também, suas conquistas e boas experiências comunitárias. Com ajuda dos professores Jadir Pessoa, da Universidade Federal de Goiás (UFG), e Leonilde de Medeiros, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), os agentes da CPT refletiram sobre o processo de formação do campesinato no Brasil, suas particularidades e como esse processo se expandiu por todo o país.

O encontro teve, também, a assessoria do engenheiro agrônomo e assessor da Via Campesina, Horácio Martins, que ajudou os agentes a refletirem sobre o futuro do campesinato e a atuação da CPT nesse caminho. Segundo Horácio, as categorias mudam ao longo do tempo. Elas mudam de acordo com as situações. O processo de ocupação do território nacional foi marcado por muita violência, mas também muita resistência (revoltas camponesas e dos escravos). O que se fazia, no Brasil, fora das atividades para exportação, não era considerado trabalho, era o não trabalho. Dessa forma, de acordo com Horácio, os camponeses eram vistos como preguiçosos, criados soltos.

O Brasil dos ciclos econômicos coloniais era baseado no trabalho escravo. Depois foi trazida mão de obra migrante, pois a tentativa de escravizar



Foto: Arquivo CPT



Foto: Arquivo CPT

os índios foi um fracasso, devido à resistência destes. Estavam em seu território, conseguiam resistir. Já o negro africano não conseguiu fazer o mesmo, pois não estava em seu local de origem. No século XIX, veio a migração europeia, diante do anúncio da proximidade da abolição. Principalmente italianos. São populações que estavam sendo expropriadas na Itália. O objetivo era trabalhar na lavoura para conseguir ter dinheiro e comprar sua própria terra.

Horácio falou, ainda, sobre as revoltas no final do século XIX, principalmente as greves. E, após fazer um panorama com todo o processo histórico de formação do campesinato no Brasil, deixou para a CPT refletir sobre o trabalho que faz no acompanhamento dessa categoria, e discutir, através de um processo de estudo, como continuará desempenhando essa tarefa.

Homenagem aos 90 anos de Dom Tomás

No dia 20 de outubro, os agentes da CPT organizaram uma homenagem a Dom Tomás, por seus 90 anos de caminhada e de lutas, que completará no

próximo 31 de dezembro. Houve um momento celebrativo em que Dom Tomás e os convidados caminharam por cinco espaços, representando as regiões do país, e os agentes de cada região fizeram sua homenagem ao bispo. Foram-lhe ofertados presentes e, tam-

bém, muitas lembranças de sua atuação pelo país afora. Representantes de movimentos e organizações sociais, como o CIMI, MST, MAB e MMC, também estiveram presentes na homenagem.

**Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.*

Seminário Sobre Mineração reúne agentes da CPT de várias regiões do país

FLÁVYO SANTOS*

Foi realizado entre os dias 13 e 15 de novembro, no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia, Goiás, um Seminário com o objetivo de discutir os impactos da mineração sobre comunidades camponesas, quilombolas e territórios indígenas. Durante os três dias de encontro, que reuniu representantes da CPT de várias regiões do país, foram realizadas palestras e debates sobre o assunto. No primeiro dia, o professor da UFPA (Universidade Federal do Pará), José Carlos Cruz, falou sobre alguns tópicos ligados à questão legislativa da mi-

neração. Durante todo o tempo, eram compartilhadas informações por cada regional, envolvendo as experiências e os trabalhos em andamento de cada CPT, junto com as comunidades. No segundo dia, o professor Rodrigo Santos, da Universidade Federal de Juiz de Fora, destacou e apresentou um panorama geral da Indústria Extrativa Mineral (IEM). Uma das regiões mais citadas foi a dos minérios de Carajás, no Pará, tida como uma das áreas mais importantes e influentes no país nesse ramo.

**Estagiário do Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT.*

90 ANOS DE TOMÁS BALDUINO

Dom Tomás Balduino: bispo a serviço da libertação!

ANTÔNIO CANUTO*

Celebramos os 50 anos da abertura do Concílio Vaticano II e os 90 anos de Dom Tomás Balduino. Duas comemorações que aparentemente nada tem a ver uma com a outra, mas que se casam perfeitamente, pois há uma perfeita simbiose entre a vida de Tomás e o Concílio. Como diz Frei Betto, “ele tornou-se pioneiro na aplicação das decisões conciliares e somou-se aos bispos que, no Brasil e na América Latina, abraçaram a ‘opção pelos pobres’, a Teologia da Libertação e a renovação da Igreja através das Comunidades Eclesiais de Base”.

E isto se deu num tempo marcado pelo autoritarismo e a violência de uma feroz ditadura militar. A renovação proposta pelo Vaticano II, traduzida para a realidade latinoamericana em Medellín, em 1968, e posteriormente em Puebla, introduziu nos espaços da igreja a realidade dura e sofrida do povo, empobrecido, excluído, marginalizado, perseguido, assassinado. O que estava em jogo não era a sobrevivência da igreja, era a dignidade dos homens e mulheres, sobretudo os mais pobres, os que pouco contavam para a economia. Por isso se pode dizer com toda certeza que Tomás foi pastor para além dos muros da Igreja.

Ele vivenciou a realidade dos indígenas e dos camponeses quando, a partir de 1957, foi nomeado superior da Missão Dominicana de Conceição do Araguaia, no Pará, e para onde vol-

tou como administrador apostólico em 1965. O contato com esta realidade, aliado com a efervescência das novas ideias e perspectivas que tomavam conta do Concílio foram determinantes para a postura de Dom Tomás em defesa dos indígenas, dos posseiros e de todos os que no campo sofriam o total desrespeito a seus direitos. Por isso encontramos Dom Tomás, em 1972, entre o grupo de 25 missionários que se reuniram em Brasília, onde se decidiu criar o CIMI, como também o encontramos, em 1975, em Goiânia, na reunião dos Bispos e Prelados da Amazônia, na qual se decidiu criar a CPT. Dom Tomás se torna uma das peças-chave da articulação de um grupo de bispos que decidiu fazer ecoar os gritos do povo.

Como diz Paulo Suess, “Dom Tomás Balduino é uma memória viva da pastoral indigenista da Igreja Católica. Com seus 90 anos de idade, é uma dessas fontes históricas que curam a memória ferida e alimentam a esperança dos navegantes pela autenticidade provada na fornalha da longevidade. Ele é dominicano como Bartolomé de las Casas, Francisco de Vitória e Antônio de Montesinos. Com faro político-pastoral se tornaram defensores intransigentes dos povos indígenas”. (POLETTTO, 2012, p. 61 e 63). “Dom Tomás é reconhecido como um profeta, um homem da práxis, que articula com autenticidade a palavra e a ação. Sua referência de vida sempre foi o processo de construção do Reino na história humana. A firmeza com que assumiu

o desafio de renovação da Igreja teve como fundamento a convicção de que sua missão é estar a serviço do Reino,” afirma Ivo Poletto.

E frei Betto, “Tomás é um homem que não conhece o medo. Dotado de profundo senso profético, este incansável pregador não reluta em manifestar suas convicções e defender as causas dos oprimidos” (POLETTTO, 2012, p. 21). Mas no interior da própria Igreja Dom Tomás promoveu uma verdadeira revolução. Como diz seu companheiro e “afilhado”, Pedro Casaldáliga “A Igreja de Dom Tomás veio a ser uma plataforma de experiência pastoral de fronteira na Igreja e na Sociedade; de diálogo ecumênico e macroecumênico; de valorização da cultura e da religiosidade popular; de inserção da vida religiosa e monástica nas lutas e esperanças do povo; de superação da dicotomia que não sabe juntar a vida com a fé, as pastorais com a militância organizada”. (POLETTTO, 2012, p. 16). Este novo modo de ser Igreja, diz Ivo, deve-se “à prática e ao espírito comunitário e de assembleia de Dom Tomás. Sempre convocou suas comunidades para, em assembleia, definir, com inspiração mais forte do Espírito de Deus, a opção a ser assumida, o caminho a seguir, a meta a alcançar, a ação a ser implementada”. (POLETTTO, 2012, p. 11 e 12)

Carlos Brandão define Dom Tomás, “como um especialista e um mestre em... escutar.” “Escutava para acolher. Desde as nossas pequenas reu-

niões para decidirmos alguma ação local, até os momentos mais decisivos de uma Assembleia Diocesana. Lembro-me das muitas vezes em que vi - não raro ao meu lado - um homem imerso em uma silenciosa e sábia atenção. Falávamos muito. Ele ouvia muito. E quando ele falava, lembro-me de que quase sempre recolhia das várias falas dos outros o que havia de mais proveitoso, de mais consensual. E, então, sempre muito humilde e direto no que nos dizia, ele tomava a palavra para fazer de tudo o que havia sido dito a melhor síntese. Para, a seguir, depurar as muitas palavras e ideias. Para, então, não como um pregador-de-si-mesmo, mas como um educador-entre-os-outros, ‘decretar’ como sendo a decisão de um bispo, aquilo que na verdade vinha da soma da vontade dos outros junto com a serena sabedoria dele.” “Ao longo de todo este tempo, sem nunca impor a nós e a outros a sua palavra e o seu ritmo de ‘orquestrar uma igreja’, por anos a fio D. Tomás Balduino foi o mais aberto e atento ouvidor de diálogos. E, bem mais do que um maestro de orquestra, ele foi e segue sendo para nós que seguimos tocando a vida e vivendo a ‘caminhada’ a seu lado, um amoroso e solidário mestre de vida.”

Referência: POLETTTO, Ivo (org.). Solidário mestre de vida. São Paulo: Paulinas, 2012.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.



Foto: Arquivo CIMI



Foto: Arquivo CIMI



Foto: Arquivo CPT

Conheça um pouco da história de Dom Tomás Balduino:

Dom Tomás Balduino nasceu em Posse, Goiás, no dia 31 de dezembro de 1922, filho de José Balduino de Sousa Décio, goiano e de Felicidade de Sousa Ortiz, paulista. O último filho homem de uma família de onze filhos, três homens e oito mulheres. Paulo Balduino de Sousa Décio foi seu nome de batismo. Ao se tornar religioso dominicano recebeu o nome de Frei Tomás, como era costume.

Até os cinco anos de idade viveu em Posse. Depois a família migrou para Formosa (GO), onde seu pai se tornou promotor público, depois juiz.

Fez o Seminário Menor na Escola Apostólica Dominicana, em Juiz de Fora (MG), e os estudos secundários no Colégio Diocesano, em Uberaba (MG). cursou filosofia em São Paulo e Teologia em Saint Maximin, na França, onde também fez mestrado em Teologia. Em 1950, lecionou filosofia em Uberaba. Em 1951 foi transferido para Juiz de Fora como vice-reitor da então Escola Apostólica Dominicana e lecionou filosofia, na Faculdade de Filosofia da cidade.

Em 1957, foi nomeado superior da missão dos dominicanos da Prelazia de Conceição do Araguaia, Estado do Pará, onde viveu de perto a realidade indígena e sertaneja. Na época a Pastoral da Prelazia acompanhava sete grupos indígenas. Para desenvolver um trabalho mais eficaz junto aos índios, fez mestrado em Antropologia e Linguística, na Universidade Nacional de Brasília (UNB), que concluiu, em 1965. Estudou e aprendeu a língua dos índios Xicrin, do grupo Bacajá e Kayapó.

Para melhor atender a enorme região da Prelazia que abrangia todo



Foto: Arquivo CPT

o Vale do Araguaia paraense e parte do baixo – Araguaia Matogrossense, fez o curso de piloto de aviação. Amigos solidários da Itália o presentearam com um teco-teco com o qual prestou inesquecível serviço, sobretudo no apoio e articulação dos povos indígenas. Também ajudou a salvar pessoas perseguidas pela Ditadura Militar. Em 1965, ano em que terminou o Concílio Ecumênico Vaticano II, foi nomeado Administrado Apostólico de Conceição do Araguaia. Lá enfrentou os primeiros conflitos com as grandes empresas agropecuárias que se estabeleciam na região, com os incentivos fiscais da SUDAM, e que invadiam áreas indígenas, expulsavam famílias sertanejas, posseiros, e traziam trabalhadores braçais de outros Estados, sobretudo do nordeste brasileiro, que eram submetidos, muitas vezes, a regimes análogos ao trabalho escravo.

Em 1967, foi nomeado bispo diocesano da Cidade de Goiás, onde permaneceu durante 31 anos, até 1999 quando, ao completar 75 anos, apresentou sua renúncia e mudou-se para Goiânia. Seu ministério episcopal coincidiu, a maior parte do tempo, com a Ditadura Militar (1964-1985).

Dom Tomás, junto à Diocese de Goiás, procurou adequar a Diocese ao novo espírito do Concílio Ecumênico Vaticano II e de Medellín (1968). Por



Foto: Arquivo CPT

isso sua atuação, ao lado dos pobres, marcou profundamente a Diocese e seu povo. Lavradores se reuniam no Centro de Treinamento, onde Dom Tomás morava, para definir suas formas de organização e suas estratégias de luta. Esta atuação provocou a ira do governo militar e dos latifundiários que perseguiram e assassinaram algumas lideranças dos trabalhadores. Em julho de 1976, Dom Tomás foi ao sepultamento do Padre Rodolfo Lunkenbein e do índio Simão Bororo, assassinados pelos jagunços, na aldeia de Merure, Mato Grosso. Em sua agenda estava programada uma outra atividade. Soube depois, por um jornalista, que durante esta atividade programada, estava sendo preparada uma emboscada para eliminá-lo.

Alguns movimentos nacionais como o Movimento do Custo de Vida, a Campanha Nacional pela Reforma Agrária, encontraram apoio e guarida de Dom Tomás e nasceram na Diocese de Goiás. Dom Tomás foi personagem fundamental no processo de criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972, e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975. Nas duas instituições, ele sempre teve atuação destacada, tendo sido presidente do CIMI, de 1975 a 1979 e presidente da CPT de 1997 a 2003. A Assembleia



Foto: Arquivo CPT

Geral da CPT, em 2005, o nomeou Conselheiro Permanente.

Após deixar a Diocese, além de presidente da CPT, desenvolveu extensa pauta de conferências e palestras em Seminários, Simpósios e Congressos, tanto no Brasil quanto no exterior. Por sua atuação firme e corajosa recebeu diversas condecorações e homenagens Brasil afora. Em 2002, a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, lhe concedeu a medalha do Mérito Legislativo Pedro Ludovico Teixeira. No mesmo ano recebeu o Título de Cidadão Goianiense, outorgado pela Câmara Municipal de Goiânia.

Foi designado, em 2003, membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, CDES, do Governo Federal, cargo que deixou por sentir que pouco ou nada contribuía para as mudanças almejadas pela nação brasileira. Foi também nomeado membro do Conselho Nacional de Educação.

Em 2006, a Universidade Católica de Goiás (UCG) e em 2012 a Universidade Federal de Goiás (UFG) lhe outorgaram o título de Doutor Honoris Causa. Em 2008 recebeu em Oklahoma City (EUA), da Oklahoma City National Memorial Foundation, o prêmio Reflections of Hope. Suas ações foram consideradas exemplos de esperança na solução das causas que levam a miséria a tantas pessoas em todo o mundo.

MÁS BALDUINO

Dom Tomás Balduino: 90 anos de um solidário mestre da vida

IVO POLETTO*

A celebração de 90 anos de vida de uma pessoa é sempre motivo de festa. Festa maior, contudo, é justo fazer quando um mundo de gente faz parte dessa longa trajetória e se sente feliz por sua relação com a pessoa homenageada.

É exatamente este o motivo que me leva a celebrar os 90 anos de Dom Tomás Balduino: faço parte da multidão de pessoas que tiveram e têm a alegria de tê-lo como amigo e mestre. Com quantas pessoas Dom Tomás repartiu sua vida? Por quantas doou sua vida, correndo todos os riscos em defesa de seus direitos? Com certeza nem ele pode dar esta informação. Só mesmo Deus deve guardar com carinho o nome, as circunstâncias e os serviços amorosos e libertadores praticados por Dom Tomás. Quem o conhece sabe como vive o conselho evangélico: ser simplesmente um servo que faz tudo que deve fazer. Aliás, Deus mesmo não se impressiona demais com números; para ele, cada gesto concreto de atenção e amor é fonte de vida eterna.

Quero destacar, neste breve artigo, algumas preferências de Dom

Tomás. A primeira delas são os povos indígenas. Foi para comunicar-se melhor com eles e poder acolher a riqueza de suas culturas e valores que ele dedicou tempo à antropologia e à linguística. Para apoiá-los em situações limite, especialmente na defesa de seu direito à saúde, que ele buscou junto a amigos da Europa recursos para comprar um pequeno avião, que pilotou por cerca de nove mil horas. Em defesa de seu direito de serem povos e nações, com culturas, línguas, tradições políticas e religiões próprias, bem como de seu direito ao território em que vivem há milênios, não teve dúvida de enfrentar profeticamente poderes oligárquicos, militares e de grupos econômicos. Em defesa dos seus valores religiosos e em favor de um diálogo interreligioso, sempre atuou em favor da superação dos equívocos da presença das igrejas cristãs, enfrentando com firmeza os que desejavam manter o cristianismo a serviço da negação dos direitos indígenas. Para desenvolver uma presença realmente evangélica e, por isso, libertadora e a serviço das diferentes formas de vida dos povos indígenas, participou desde o primeiro momento e empenhou-se na redefinição da prática do Conselho Indigenista Missionário, o seu amado CIMI. Na busca de

formas de amar os povos indígenas ele é mestre solidário da vida.

Outro destaque da prática libertadora de Dom Tomás é sua atuação em defesa dos direitos dos filhos e filhas da Terra. Que o município de Goiás seja o que tem maior número de áreas conquistadas de reforma agrária tem tudo a ver com sua missão episcopal. Para ele, a vida eclesial nunca teve finalidade em si mesma; a igreja existe a serviço da proposta de vida humana que Jesus de Nazaré anunciou como Reino de Deus. É um Deus bondoso, apaixonado por todas as pessoas, identificando-se com os empobrecidos pelas relações de dominação e exploração humanas, desejoso que eles se libertem e sejam protagonistas de um mundo bom para todas as pessoas e para toda a Criação, um mundo que Deus possa amar com alegria e justiça. Por isso, a qualidade da vida cristã das comunidades de seguidores/as de Jesus deve expressar-se, ao mesmo tempo, no amor libertador, na relação com as pessoas e no amor a Deus. Quem segue a Jesus com fidelidade não pode aceitar nem acomodar-se frente à concentração da terra em poucas mãos, à concentração da riqueza em mãos de poucos, produzindo marginalização e miséria. Anunciar a Boa Notí-

cia do Reino significa, ao mesmo tempo, promover caminhos de construção sempre incompleto do Reino de Deus e denunciar as forças diabólicas que se opõem a ele. Também no amor humano-cristão aos que lutam pela libertação da Terra e de seus filhos e filhas, Dom Tomás é mestre solidário da vida.

Para quem deseja enriquecer-se com a riqueza da prática deste bispo dos povos indígenas, dos camponeses e de todos os povos que lutam por um mundo de justiça, de cooperação, de participação democrática, um mundo de vida simples para que todas as pessoas tenham o necessário para uma vida digna e feliz, um mundo de Bem Viver, como vivem e propõem os povos indígenas, pode ler o livro celebrativo dos 90 anos de Dom Tomás, publicado pelas Paulinas, com o título *Solidário Mestre da Vida*. (Veja mais na sessão Publicações)

**assessor do Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social e da Cáritas Brasileira.*

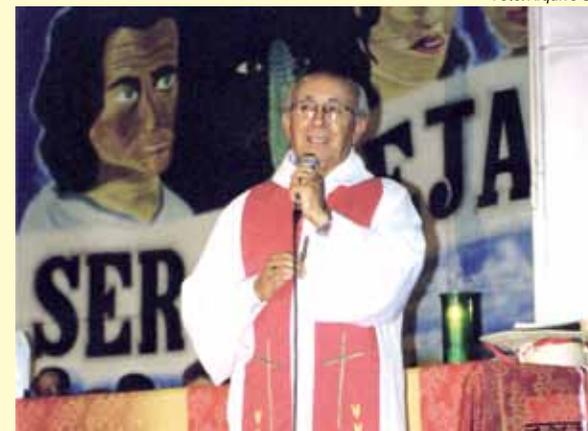
Foto: Arquivo CPT



Foto: Arquivo CPT



Foto: Arquivo CPT



90 ANOS DE TOMÁS BALDUINO

Dom Tomás Balduino: pastor além dos muros da Igreja

ISIDORO REVERS*

Tudo que é sólido desmancha no ar. É com essa frase de Marx que Marshall Berman, pensador americano, dá o título à sua obra para analisar a modernidade. As mudanças geradas nos últimos séculos atingiram também a solidez dogmática da prática religiosa e a interpretação teológica da Igreja Católica.

Para a Igreja Católica, o ponto central da sua doutrina, é preservar a sua própria unidade organizacional, política e ideológica. Ela procura “adequar-se aos sinais dos tempos,” sem perder na mudança os pilares da ordem de uma mesma Igreja. É através de esforços de preservação de sua própria unidade, que a Igreja se legitima na sociedade, na medida em que legitima também a sociedade, com as palavras do sagrado que produz. Era com essa compreensão sobre a Igreja que foi construída a pastoral da Igreja da diocese de Goiás, comprometida com as camadas sociais pobres.

Foto: Arquivo CPT



A convocação do Concílio Vaticano II em 1962 tinha como um dos objetivos reconstruir a unidade interna da Igreja Católica que estava sendo ameaçada. Mas o resultado foi um marco que consolidou as práticas pastorais e opções teológicas que vinham ocorrendo no mundo. Fez uma revisão do método, das atividades pastorais, da liturgia da Igreja Católica. Estimulou o surgimento de novos estudos na área bíblico-teológica. Novos teólogos vão aplicar o conhecimento das ciências sociais na reflexão e produção da teologia. Nasce assim a “Teologia da Libertação.” Essa interrelação entre ciência e teologia passou a produzir

um conhecimento teológico contextualizado na história, na cultura, na economia e na política. Estimulou o cristão, ao ler o texto bíblico, relacioná-lo de forma contextualizada com a vida, com a sociedade, e consequentemente sentiu-se comprometido com as questões sociais, não mais na forma paternalista, mas na busca da transformação das estruturas social, econômica e política.

É dentro desse contexto que Dom Tomás é nomeado bispo para a diocese de Goiás, em 1967. Vem de Conceição do Araguaia onde já desenvolvia um trabalho com os índios e posseiros de uma das regiões mais conflituosas dentro do processo de ocupação e exploração da Amazônia.

“A fervura do tacho vem de baixo e um dia tudo o que está dentro vai misturar.” Essa afirmação foi feita pelo Zé Paraná, carapina que morava em Itaipirapuã, uma das comunidades da diocese de Goiás. Zé Paraná faz essa reflexão no “Grupo de Evangelho”, que era o principal instrumento de organização da Igreja viva, da igreja comprometida com a causa dos excluídos, dos pobres, dos lavradores(as).

Foto: Arquivo CPT



O “Grupo de Evangelho” ou as comunidades eclesiais de base permitem que a pessoa reconstrua a sua dignidade humana, e que essa reconstrução se dê de forma coletiva e não individual. Significa a construção coletiva da libertação das diversas formas de opressão e exploração: econômica, política cultural, social e religiosa. Os indivíduos integrados no seu grupo sentem-se como produtores da história. Questionam a ação autoritária do Estado na implantação de um

desenvolvimento econômico que gera desigualdades sociais, e se voltam contra a prática autoritária da própria Igreja e dos próprios movimentos. O sujeito se reconhece como membro de uma mesma situação de carência, de exploração econômica, cultural e política. Penso que esse foi um dos principais legados construídos por cristãos leigos, por bispos, pastores, padres, religiosos e religiosas que bebiam na mesma fonte. E com uma contribuição por não crentes.

Dom Tomás foi fundamental na construção desse legado, na articulação, na percepção pastoral, política e teológica. Tanto para as Igrejas, como para a organização dos movimentos populares e a organização política. Para o momento político com D. Pedro e D. Fernando foi o articulador na elaboração e divulgação do documento “Marginalização de Um Povo”, que se juntou ao documento elaborado pelo nordeste, “Eu ouvi os clamores do meu povo”, tornando-se os principais documentos do compromisso que as igrejas selaram com os marginalizados e pelo processo de luta contra a ditadura. Para a Pastoral, Tomás foi imprescindível na criação da Comissão Pastoral da Terra e do Cimi, principalmente como prática, como metodologia de trabalho. Com uma visão clara, nem o Cimi, nem a CPT devem ocupar o lugar do índio e do lavrador, lavradora. É por essa razão que a CPT é considerada a gestora, a mãe, a parteira, de tantas organizações populares.

No enfrentamento à ditadura militar, não só deu guarita aos perseguidos políticos, como ajudou na fuga além fronteiras para lutadores do povo não caírem nas garras da tortura. Soube usar a autoridade de bispo quando era necessário. Foi na diocese de Goiás, em Britânia, com lavradores que queriam terra para trabalhar, que nasceu a ideia de recuperar a Reforma Agrária, o que culminou na Campanha Nacional pela Reforma Agrária. Depois chegou até aos ouvidos do Betinho, do IBase, e tomou conta das ruas, estradas, praça e cidades. Foi dessa retomada da Reforma Agrária

Foto: Arquivo CPT



que paulatinamente foi sendo gestado o MST e tantos outros movimentos de luta pela terra.

Neste contexto foi também produzido o documento da CNBB, a “Igreja e os Problemas da Terra”. E D. Tomás foi primordial na forma e no conteúdo do documento. Seu principal fundamento foi a definição o que é Terra de Exploração e Terra de trabalho. É inegável a contribuição da pastoral popular na construção de um dos instrumentos mais importantes que a luta popular produziu nos últimos tempos, que foi a fundação do PT, que lamentavelmente consolidou a política partidária, a política eleitoral e a transformou num grande balcão de negócios, e hoje chafurda na mesma lama de corrupção utilizada pelos coronéis e elites.

Tomás, sua história e suas ações eternizaram um legado no seio dos movimentos populares e dos lutadores do povo. Povo de esperança e que luta por uma sociedade justa e igualitária. Talvez um velho novo sonho socialista. Seu legado de profecia, luta, ousadia e coragem ficarão para sempre, cabe a nós dar continuidade.

*ex-integrante da coordenação nacional da CPT.

40 ANOS DO CIMI

CIMI: 40 anos – raiz, identidade e missão

INALDO SEREJO*

“Quem sai para semear, mesmo que entre lágrimas, Voltará com alegria carregando nas mãos os frutos...”

Foi assim a chegada de missionários, missionárias, indígenas de diversas nações, representantes de outras organizações e pastorais que ao longo do tempo mantiveram parcerias e alianças com a causa indígena. Rostos pintados e iluminados pela alegria do reencontro. Mãos estendidas acolhiam os da primeira e da penúltima hora da missão chegados de todos os cantos de Abya Yala. É a celebração de 40 anos de caminhada, proclamando: “Bem-Aventurados os Mansos, porque possuirão a Terra” (Mt 5, 5). Nas palavras do bispo Erwin Kräutler, presidente do CIMI, o Congresso é um kairós – Tempo de Graça – que nos convida a olhar para frente com os pés firmados na história.

A missionária Elizabeth Amarante assim se expressou: “Acredito que os 40 anos do CIMI nos abrem um espaço, uma clareira para, no meio da jornada, divisar os caminhos que ficaram para trás e os caminhos que se abrem à nossa frente. Não se trata primordialmente de aprofundar conceitos, mas sim de reler e projetar vivências, compromissos, utopias”.

História

O CIMI foi fundado em abril de 1972, em meio à ditadura civil-militar. Era tempo de perseguição aos opositores do regime, que mergulhou o país com seus lutadores e suas lutadoras,

jovens e adultos, na mais tenebrosa escuridão. Nas prisões, gritos de dor rompiam paredes frias e grossas. No campo, lideranças camponesas eram perseguidas, povos indígenas eram exterminados em nome do progresso que chegava pelas lâminas de motosserras e das patas de bois. Os povos indígenas simplesmente desapareceriam confinados nas reservas para as quais foram levados, ou seriam absorvidos como mão-de-obra na construção de rodovias em toda a região norte do país.

cidade nacional.

Para Nailton Pataxó, sem terra é impossível viver; ou nas palavras de Elizeu Guarani Kaiowá, o TEKOHÁ – a Terra dos Ancestrais – é o lugar onde somos o que somos. Sem poder viver na terra dos seus antepassados os povos indígenas começaram a perder a vontade de viver. Outra consequência da política governista foi a invisibilidade e isolamento social dos indígenas com a consequente perda de noção de pertencimento a uma categoria social

que entre nela um vento novo. Desse modo, entraram os povos com suas dores e alegrias indígenas”.

O Congresso do CIMI foi uma celebração da RESISTÊNCIA. Os espaços e celebrações foram marcados pela memória dos que doaram suas vidas: Rodolfo e Simão Bororo, Maria Guajajara, Marçal Guarani, Galdino Pataxó, Chicão Xucuru, Vicente Cañas, Nísio Guarani Kaiowá, Marcos Veron...

Os números da violência contra povos indígenas assustam: para cada 10 hectares de terra conquistada, 01 liderança foi assassinada. O estado do Mato Grosso do Sul lidera essa macabra lista; desde 2003, do total de 503 assassinatos no Brasil, 279 ocorreram naquele estado. Esses dados, entretanto, revelam a resistência, a mobilização, a articulação e a decisão de retomada dos territórios roubados pelos latifundiários, com a conivência do próprio Estado brasileiro. Essa luta pela recuperação dos territórios se insere na luta mais ampla em defesa da vida dos humanos, dos animais, das plantas, das águas, bem como em defesa da memória dos ancestrais e das gerações futuras.

Os desafios apresentados no Congresso ainda são muitos e urgentes: a formação das novas gerações; a integração destas à luta em defesa dos territórios diante das novas ameaças; o pacote de leis anti-indígenas. O Congresso foi encerrado sob a palavra de Isabel – uma velha guerreira do Povo Xerente: “Os brancos já mataram muitos parentes e outras etnias, então nós não podemos ter medo de morrer; temos que enfrentar”. Ao dizer retirou de sua sacola uma borduna e pisando firme, bradou: “Esta terra é nossa!” Porque aquele que deveria morrer É AQUELE QUE DEVE VIVER.



Foto: Rede Vida

Segundo o então presidente da FUNAI, General Bandeira de Melo, “a assistência do índio deve ser a mais completa possível, mas (os índios) não podem obstruir o desenvolvimento da Amazônia”. Toda a política de extermínio se justificava, entre outras razões, pelo discurso governista de que os “índios estão cansados de serem índios”. Mais ou menos 25 anos depois da fundação do CIMI um sociólogo brasileiro declararia que os povos indígenas desapareceriam. De fato, entre as principais funções da FUNAI estava a de tutelar os indígenas até a sua integração à so-

histórica. Essa situação começou a ser mudada pelo trabalho destemido do CIMI. Segundo a antropóloga Lucia Rangel: “Quando os primeiros missionários esforçaram-se para realizar a primeira Assembleia de Chefes Indígenas, plantaram a semente do processo de rompimento da solidão social e política na qual viviam os povos indígenas no Brasil”.

O bispo Tomás Balduino, referindo-se ao nascimento do CIMI, assim disse: “A pedra de onde foi tirado o CIMI foi o gesto profético do papa João XXIII – abrir as janelas da Igreja para

GUARANI KAIOWA

Veja, que absurdo

EGON HECK*

A revista *Veja* é incansável em sua cruzada anti-indígena e na veiculação de matérias preconceituosas, racistas e mentirosas. Em recente matéria de Leonardo Coutinho, este se refere ao “expansionismo selvagem” dos Guarani Kaiowá, no intento de formar uma “nação guarani”. O que esse senhor não vê, ou melhor, intencionalmente deturpa, é a real situação das terras ocupadas pelos Guarani Kaiowá, que é de 0,1% do território do Mato Grosso do Sul. Um absurdo, uma vergonha nacional.

Em manifestação de repúdio a essa matéria mentirosa e criminosa, incitando ao preconceito e ódio contra os Guarani Kaiowá, as lideranças da Aty Guasu deixam claro: “Queremos deixar evidente que nós, lideranças da Aty Guasu Guarani e Kaiowá, de modo autônomo e consciente, vimos lutando pela recuperação de nossos territórios antigos, essa luta pelas terras tradicionais é exclusivamente nossa, nós somos protagonistas e autores da luta pelas terras indígenas, nós envolvemos os agentes dos órgãos do Estado Brasileiro, os agentes das ONGs e todos os cidadãos (ãs) do Brasil e de outros países do Mundo”.

Também os professores Guarani Kaiowá manifestaram seu repúdio à matéria publicada pela revista: “Ao contrário do que escreveram os jornalistas da Revista VEJA, Leonardo Coutinho e Kalleo Coura, quem luta pelos territórios tradicionais é sim o povo Guarani Kaiowá. Somos nós que estamos retomando nossos territórios antigos. A matéria publicada foi racista, preconceituosa, discriminatória, estimulou o ódio contra os povos indígenas. Tenta desmotivar o nosso povo, ignora que nós temos língua própria, sentimento próprio, natureza própria. Não fala que a gente sabe o que a gente quer. Acaba colocando as pessoas contra nós, não a favor”.



Foto: CIMI



Foto: CIMI

Com ranços colonialistas os jornalistas certamente foram mais medievais em sua postura do que os por eles acusados. Ao defender os interesses políticos e econômicos das elites, os jornalistas prestam um desserviço ao povo brasileiro e à democracia, pois ao invés da verdade, continuam espalhando mentiras para gerar racismo, ódio e violência.

O que não querem ver

O que sem dúvida motivou a continuidade da virulência anti-indígena e em especial contra os Guarani Kaiowá foi a luta e lucidez, coragem e sabedoria que esse povo demonstrou em suas manifestações e apelos. Conseguiram sensibilizar corações e mentes

Brasil e mundo afora. As redes sociais divulgaram amplamente a realidade Kaiowá Guarani e conseguiram motivar mobilizações e solidariedade. Talvez seja a manifestação mais ampla da sociedade em favor dos direitos dos povos indígenas e em particular dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul.

Em consequência dessa mobilização o poder não poderia permanecer inerte e calado. Foram sendo esboçadas respostas nos três poderes, no intuito de impedir com que essa realidade manchasse ainda mais a imagem do país e consequentemente pudesse desestimular os investimentos internacionais no Brasil.

Ficou claro nos diversos espaços em que as soluções foram balbuciadas, de que elas passariam indiscutivelmente pela “indenização” das terras. A rigor esta proposta já está sendo trabalhada, em regime de exceção há quase uma década pelo saudoso Antonio Brand e membros do regional do Cimi MS. O deputado Pedro Kemp já apresentou proposta de solução neste sentido, há vários anos. A questão da demarcação das terras Kaiowá Guarani já foram declaradas prioridade pela Funai, pelo Conselho Nacional de Justiça, Ministério Público Federal e inúmeras outras instituições. CPIs se realizaram, visitas de delegações nacionais e internacionais se multiplicaram. As soluções sempre foram inviabilizadas ou boicotadas pelos interesses políticos e econômicos regionais e nacionais.

Enquanto mentiras continuam sendo veiculadas em organismos da grande imprensa, vai caminhando apressadamente nas redes sociais informações que desmascaram essas falácias e colocam os povos indígenas como protagonistas da luta pelos seus direitos e sujeitos de sabedoria secular, que lutam para transformar a vergonhosa estrutura fundiária do agronegócio, monocultura e latifúndio.

*do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).



Humanizar e compartilhar com equidade o desenvolvimento do Chile



ANTÔNIO CANUTO*

Em 27 de setembro, o Comitê Permanente da Conferência Episcopal do Chile, lançou a Carta Pastoral Humanizar e compartilhar com equidade o desenvolvimento do Chile. Doze entidades leigas cristãs, num comunicado, expressaram sua “profunda alegria e satisfação” por esta palavra animadora. “Fazia muitos anos que esperávamos algo assim. Concordamos com os bispos quando eles mesmos diziam que há 50 anos não se publicava um documento semelhante. Foram tempos de

verdadeira seca doutrinal e de orfandade pastoral. Muitos haviam perdido a esperança e se havia produzido o que se chamava de um ‘cisma silencioso’. Por esta razão é que, inspirados em Jesus, consideramos esta Carta como uma Boa Nova para o Chile e em particular para os pobres”.

Esta Carta “não deixou ninguém indiferente. Nem os vários atores sociais, econômicos e políticos em âmbito nacional, nem os cristãos que reagiram de diferentes maneiras. Alguns já disseram que não se sentem obrigados a seguir estas orientações”, diz o comunicado.

“Somos os primeiros que devemos ser evangelizados”

O que chama a atenção nesta carta é a inovação na linguagem que os bispos adotam. Eles reconhecem que a Igreja perdeu credibilidade: “não sem razão muitos deixaram de acreditar em nós”. E isso os convida à conversão: “devemos assumir o chamado do Senhor para uma profunda conversão”... “somos os primeiros que devemos ser evangelizados”. E acrescentam: “Não só devemos revisar nossos compor-

tamentos pessoais, mas também as estruturas de nossa Igreja, o modo de exercer nosso sacerdócio, as formas de participação, o lugar dado aos leigos e de modo especial às mulheres”. “Temos que aprender a pedir perdão e a perdoar... Só assim seremos testemunhas de Jesus. A santidade deve refletir-se não tanto no esforço obsessivo por não errar, mas no seguimento radical de Jesus”.

“Devemos fazer nossa, a causa dos pobres”

Também merece centralidade a causa dos pobres. “Esperamos que aqueles que sentem que foram marginalizados e excluídos do progresso, escutem nossa voz como uma mostra fraternal de proximidade e preocupação e como um motivo de esperança.”

“Para nos tornarmos verdadei-

ros discípulos de Jesus... como ele, devemos fazer nossa a causa dos pobres, dos mais fracos e marginalizados porque esta é a causa de Deus. Desta forma nos aproximaremos a tudo o que é humano. Despojados de todo sentido de poder, superioridade ou autossuficiência.”

Estar atentos aos sinais dos tempos

Para anunciar o Evangelho ao homem e à mulher de hoje, os bispos chilenos dizem ser necessário estar atentos aos sinais dos tempos. E pontuam algumas mudanças do mundo atual “que nos interpelam”. Ressaltam as novas tecnologias que facilitam a comunicação, o melhor conhecimento da natureza que permite enfrentar de modo mais eficaz as doenças, os níveis alcançados na educação, a valorização dos direitos humanos, o novo papel da mulher na sociedade, o rechaço a todas as formas de discriminação, a consciência ambiental.

Por outro lado apontam os perigos de uma globalização que tenta impor uniformidade cultural, a centralidade no econômico, que “silencia demandas que são essenciais para uma vida humana feliz”. De acordo com o comunicado das entidades cristãs esta “é a parte mais inovadora, crítica e corajosa da pastoral, é seu julgamento severo sobre a situação de desigualdade que reina no país, fruto das estruturas

econômicas, políticas e sociais. É uma palavra que critica este modelo porque castiga com maior severidade os mais pobres e postergados da nossa sociedade”. Os bispos dizem textualmente: “Este modelo privilegiou de maneira descompensada a centralidade do mercado, estendendo-o a todos os níveis da vida pessoal e social... Pretendeu-se corrigir o mercado com bônus e ajudas diretas descuidando da justiça e da equidade”. Os bispos ainda dizem que “a liberdade econômica tem sido mais importante que a equidade e a igualdade. A competitividade é mais promovida que a solidariedade social e chegou a ser o eixo de tudo”. E alertam: “Nesta sociedade pragmática e produtivista não se valoriza, nem se educa para a amizade, a contemplação, a humilde alegria, o lazer, nem muito menos para o descanso. A poesia, a arte e a beleza são expressão desta dimensão necessária do humano e do divino. O mercado tem pouco ou nada a dizer a esta realidade”.

Uma cultura que rompe solidariedades

Com uma reflexão muito oportuna, os bispos alertam para os perigos do individualismo, que destrói a comunidade. “Pouco a pouco fomos confundindo o conceito de pessoa com o conceito de indivíduo. O indivíduo é um ser separado dos demais. Pelo contrário, a pessoa é um ser que vive em relação com os outros. Deus e nós, que somos sua imagem, somos pessoas porque vivemos em relação. Vivemos e existimos porque nos amam e porque amamos. Confundir o profundo conceito de pessoa com o de indivíduo, criou uma sociedade de indivíduos em que cada um compete, busca seu sucesso e se isola. É uma cultura que rompe solidariedades e cria solidão. Vivemos massificados, mas

numa solidão crescente e brutal. A massa é um agregado de indivíduos enquanto que a comunidade é um conjunto de pessoas que, conservando sua individualidade, se dão umas às outras. Com o individualismo em que cada um tem que vencer a cotoveladas, despedaça-se a essência social do ser humano.”

As organizações que assinaram o comunicado sobre esta carta afirmam: “Como leigos e leigos cristãos valorizamos e acolhemos esta oportuna reflexão dos bispos católicos. Creemos que deve ser estudada, comentada e divulgada em todos os lugares. Nós nos comprometemos a fazê-lo.”

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

REFLEXÕES BÍBLICAS

O caminho da mística

SANDRO GALLAZZI*

Continuamos nesta edição as reflexões de Sandro Gallazzi sobre a ação dos profetas que criticam reis e sua dominação sobre o povo, e apresentam a mística como o caminho para superar a dominação.

Ao se falar em mística não se deve entendê-la como algo misterioso, aéreo, celestial. Mística são as motivações profundas da luta. O problema não é somente a pirâmide que o opressor constrói e que esmaga o pobre. O problema maior é que o opressor consegue reproduzir esta pirâmide na cabeça do pobre. A verdadeira opressão é o pobre pensar com a cabeça do rico, o pobre incorporar o projeto do opressor. O profeta sabe que o sistema do opressor é reproduzido na cabeça do pobre e enquanto não destruir isso, não há saída da opressão. Elias o faz de duas maneiras.

A memória de quando nos chamamos Israel

O capítulo 18 do primeiro livro dos Reis fala de um desafio entre Elias e os 450 profetas de Baal. Em um contexto irônico muito sugestivo, fala-se de um Baal que não sabe escutar o grito de seus profetas. Ao contrário, Elias convoca o povo: “Aproximem-se! Todos se aproximaram, e ele construiu o altar de Javé, antes demolido: tomou doze pedras, uma para cada tribo de Jacó a quem Javé tinha dito: chamar-te-ás Israel”.

A proximidade, o altar de Javé, as doze pedras, memória de uma época tribal, o nome de Israel: são gestos capazes de reativar a memória. Ao reconstruir o altar, o povo recupera sua identidade, se redescobre como Israel, com um Deus e um projeto diferentes, que não pode conviver com o do Estado, opressor e idolátrico. Ao ver o fogo descendo do céu, o povo, antes cambaleante, proclama sua fé, sua identidade: “Javé é Deus!”. Simbolicamente o nome

do profeta, meu Deus é Javé, passa a ser uma bandeira do povo que vai à luta. A torrente Quison, que no tempo de Débora viu a derrota dos inimigos do povo, agora assiste à derrota dos profetas de Baal.

Nossa verdadeira história

Mas a história do povo está condicionada pela história contada pelo palácio, legitimando-a. A história tem que ser reapropriada pelo povo, seu ator principal. O capítulo 19 do Primeiro Livro dos Reis nos conta um caminho de quarenta dias pelo deserto que Elias enfrenta para recuperar as fontes da memória. O que está cansado, cheio de medo porque se sente só, precisa alimentar-se com pão e água (que é sempre a comida do profeta) e seguir andando até o Horeb, a montanha de Deus. É necessário repetir o caminho para recuperar a memória. E se diz que Elias se escondeu em uma gruta, onde esperava ver Deus. Logo houve um grande terremoto, depois um relâmpago, depois um trovão. Elias saiu para ver, e nada. Deus não estava aí: o terremoto, o trovão, o relâmpago não eram portadores de Deus e de sua revelação.

Salomão, porém, tinha contado assim a manifestação de Deus: “Ao terceiro dia pela manhã houve trovões e relâmpagos e uma nuvem espessa (sinal da presença de Deus) no monte e o povo começou a tremer de medo no acampamento”. Elias só tapaná o rosto ao sentir a brisa suave. A denúncia é definitiva: a história do palácio de Salomão não é portadora da verdadeira memória.

Em torno ao movimento de Elias vai nascer outra história do povo, a partir de outras memórias populares. Outra história em que o centro não é Davi, mas Moisés; a aliança não é com o rei, com o palácio; a aliança é com o povo, a casa, a tenda. A outra história dizia: “Eu serei para ele um pai e ele será para mim um filho”, a história do profeta dirá: “Vocês serão meu povo e eu serei seu Deus”. Será uma aliança que não tem como centro o templo e a opressão, mas a opção por uma convivência igualitária. As tábuas da lei voltam a ter em primeiro plano a opção por Javé como único Deus e por seu projeto: a honra devida aos pais da casa e não ao palácio; a opção pela vida sem assassinatos, sem adultérios, sem roubos e mentiras que possam estragar nossa convivência; e uma cabeça diferente que não caia na tentação de cobiçar.

O deserto retoma espaço na memória do povo e as antigas memórias patriarcais são retomadas e recontadas. José não vai ser o legitimador da sociedade tributária, mas o modelo da autoridade, que reconhece seus irmãos e lhes faz o bem. Mas, sobretudo, recupera-se a memória de Moisés, a experiência de Deus que desce e envia a lutar para a liberdade do povo. Quando Elias encontra Deus na brisa suave, o escuta dizendo: “Que fazes aqui, Elias?” E ele responde: “Mataram meus companheiros, os profetas. Só sobrei eu e querem me matar também”. Deus diz: “Como, você sozinho? Lá embaixo tens sete mil companheiros que não se ajoelharam diante de Baal. Volta ao povo, fala com Eliseu, com Jehu, com Jasael. Os que a espada de Jasael não matar, a espada de Jehu vai matar. Os que a espada de Jehu



não matar, a espada de Eliseu vai matar. Vai e junta-te com os outros e vão à luta.”

Do movimento de Elias e de Eliseu nascerá a revolução camponesa contra o palácio.

Nossa verdadeira identidade

Os profetas recuperam a memória dos que não se deixam levar pelo discurso da teologia dominante do palácio, mas que buscam no deserto a memória antiga da luta pela libertação. O caminho da mística é ajudar o pobre a descobrir que aos olhos de Javé, ele, e só ele, tem a responsabilidade e a capacidade de construir o que os profetas chamam “o direito e a justiça na terra”. Ajudar o pobre a descobrir que é o servo de Javé, a quem Javé escolheu e lhe entregou a tarefa da mudança. O caminho da mística é ajudar o pobre a não esperar, a não crer no rei. O rei não vai realizar o direito e a justiça. Nem o sacerdote. O pobre tem que crer em si mesmo. É o mais difícil!

*Agente da CPT Amapá.

EXPERIÊNCIA

Criado há 25 anos, assentamento Reunidas é modelo de produtividade e cooperação

MARÍLIA ALMEIDA*

Em novembro deste ano, o assentamento Reunidas, em Promissão (SP), comemorou duas importantes datas: seus 25 anos de existência e os 104 anos do sem terra mais velho do Brasil, seu Luiz Beltrame. Em dois dias de festa, mais de mil pessoas dentre trabalhadores rurais, representantes de movimentos sociais e autoridades políticas, celebraram a trajetória de resistência do assentamento e a memória de todos os que fizeram parte desta história. O presidente da CPT, dom Enemésio Lazzares esteve presente representando a CPT Nacional.

Mais antigo assentamento paulista, o Reunidas é também o maior do Estado localizado em área privada. Possui 17 mil hectares e abriga cerca de 600 famílias, sendo que cada uma ocupa um lote de, em média, oito hectares. São mais de 5 mil pessoas em 10 agrovilas trabalhando na produção de leite e alimentos para vinte municípios da região. Atualmente com dez associações e três cooperativas, o Reunidas é um exemplo de trabalho coletivo, cooperação e alta produtividade.

Uma das associações, a Renascer, formada juntamente com o assentamento Dandara, produz cerca de 70 toneladas de alimentos por semana, de acordo com o Incra. Os produtos são vendidos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) dos municípios paulistas de São Bernardo, Catanduva, Lins, Avanhandava, Ubarana e São Carlos. A produção leiteira também é alta: diariamente o assentamento Reunidas produz em média mais de 50 mil litros de leite.

Os números alcançados são resultado da capacidade de organização



Foto: Douglas Mansur

Dom Enemésio e Dom Irineu Danelon, bispo de Lins, na festa

dos próprios assentados. A produção, antes restrita a poucos alimentos, ao longo dos anos tornou-se diversificada e adequada às demandas do mercado local, com espaço também para a pecuária leiteira. A lida diária no campo levou à experiência e com o tempo os trabalhadores perceberam a importância da capacitação técnica, tanto para a produtividade quanto para a qualidade do que é produzido.

A partir do momento em que adotaram práticas para escoar a produção e conquistar o mercado local, os assentados passaram a influenciar diretamente na economia dos municípios mais próximos, que se habituaram a consumir alimentos e produtos oriundos da agricultura familiar. O Reunidas está localizado na região noroeste de São Paulo, a 500 km da capital e a 35 km do centro urbano de Promissão.

Outros fatores certamente contribuíram para que o Reunidas se tornasse um exemplo, como o acesso a políticas públicas de financiamento,



Foto: Douglas Mansur

Momento Celebrativo

a melhoria da infraestrutura local, a disponibilização de recursos para a habitação e a facilidade de acesso por meio da rodovia BR 153. Entretanto, é evidente que sem o trabalho e esforço de cada uma dessas 600 famílias de as-

sentados, nada disso seria possível.

Mais de cem anos em marcha pela reforma agrária

A festa em comemoração aos 25 anos do Reunidas também teve espaço para uma merecida homenagem aos 104 anos de Luiz Beltrame, o sem terra mais velho do país. Luiz Beltrame nasceu no município de Paramirim (BA), no dia 11 de outubro de 1908, e ainda novo começou a trabalhar na roça, em garimpos e lavouras de algodão.

Militante do MST e morador do Reunidas desde 1991, assim como o assentamento, Luiz Beltrame é um exemplo de resistência e força nesta longa luta pela reforma agrária. Seu Luiz é poeta, autor de dois livros, já foi tema de filme ("Luiz Poeta" – Vencedor do Concurso Caixa de Curtas na categoria documentário) e é pai de oito filhos, 47 netos e vários bisnetos e tataranetos.



Foto: Douglas Mansur

Dom Irineu com Luiz Beltrame, trocando chapéus

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

CULTURA

Neste Natal, a CPT deseja que a luz que envolveu os pastores ao receberem a notícia do nascimento de Jesus (Lc 2,9), envolva todas as crianças e suas comunidades esquecidas, discriminadas, violentadas e excluídas da sociedade. Que a luz da estrela que guiou os Magos do Oriente até Belém (Mt 2,9), as conduza e as fortaleça nos caminhos da busca da justiça e do direito.

Foto: Egon Heck



*Feliz Natal
e um excelente
2013 a todos
e todas!*

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

- | | | | |
|--------------------------|-----------------------|------|-------|
| <input type="checkbox"/> | Brasil | R\$ | 10,00 |
| <input type="checkbox"/> | Para o exterior | US\$ | 20,00 |

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Impresso Especial

0564/2005 DR/GT
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA